

# Reconfigurações do ambiente estratégico de defesa no século XXI: perspectiva analítica de triangulação por meio de análise de corpora, análise semântica lexical e análise crítica do discurso

Rafaela Araújo Jordão Rigaud Peixoto - Universidade da Força Aérea (UNIFA)

Karina Coelho Pires - Universidade da Força Aérea (UNIFA)

## 1. Introdução

Em um cenário de redirecionamentos discursivos com base em novas diretrizes políticas, partimos da hipótese de que os documentos de defesa foram revisados de forma a atender a novas demandas estratégicas. Nesse sentido, buscamos investigar de que forma elementos discursivos evidenciam as modulações do discurso estratégico de defesa, com o objetivo de analisar como a perspectiva de ambiente estratégico de defesa no século XXI foi reconfigurada ao longo de atualizações do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), nas edições de 2012, 2016 e 2020, particularmente quanto ao capítulo “Ambiente Estratégico do Século XXI”, em relação ao cenário de possível cooperação com países da América do Sul.

Essa proposta de discussão pretende vislumbrar caminhos interdisciplinares em relação a pesquisas empreendidas no âmbito de Estudos de Defesa, haja vista a imbricação de questões discursivas e de questões estratégicas, principalmente do ponto de vista institucional. A complementariedade metodológica, assim, pretende

abarcando nuances mais complexas do objeto de estudo desta pesquisa: os documentos de defesa elaborados pelo Brasil.

Desta forma, com base na perspectiva analítica de triangulação, consoante a tipologia VVA proposta por Malamitidou (2018), e nos aportes teórico-metodológicos de análise de *corpora* e análise semântica lexical (L'HOMME, 2020; PEIXOTO; PIMENTEL, 2020) e análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 2003), os objetivos específicos delimitados para este artigo foram: (a) verificar a densidade temática dos textos; (b) analisar os significados léxico-semânticos associados; e (c) depreender os significados acionais presentes no discurso.

Os grupos de dados apreciados consistem em dados diacrônicos, isto é, referentes à progressão discursiva das edições de 2012, 2016 e 2020 do Livro Branco de Defesa Nacional; e em dados sincrônicos, isto é, referentes a discursos veiculados em vários documentos de um mesmo ano, quais sejam os documentos de defesa publicados em 2020 (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional).

1 Doutora em Letras / Estudos da Linguagem (PUC-Rio). Pesquisadora e Tradutora do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); e Pesquisadora e Professora Colaboradora da Universidade da Força Aérea (UNIFA), filiada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Aeroespaciais (NEICA). E-mail: rafaela.peixoto@gmail.com

2 Doutora em Língua Portuguesa (PUC-SP). Professora Assistente da Universidade da Força Aérea (UNIFA), filiada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Aeroespaciais (NEICA). E-mail: karinacoelhpires@gmail.com

A organização do artigo compreendeu discussão acerca do desenvolvimento de documentos de defesa nacional (seção 2); apresentação da perspectiva analítica de triangulação (seção 3), dos métodos de análise de corpora e de semântica lexical (seção 4) e do método de análise crítica do discurso (seção 5); descrição dos procedimentos metodológicos (seção 6); discussão e interpretação dos resultados segundo os três métodos de análise propostos, considerando as convergências discursivas desses métodos (seção 7); e considerações finais (seção 8).

## 2. Documentos de Defesa Nacional: Livro Branco, Política de Defesa e Estratégia de Defesa

O entendimento da política de defesa passa pela definição de políticas públicas, haja vista estas definirem como o governo vai entrar em ação e como será a execução dessa ação, prevendo como serão alocados os investimentos, a configuração dos programas políticos e a identificação dos problemas a serem solucionados.

A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) são os documentos de maior expressividade do país no que se refere aos assuntos de defesa. Tais documentos são baseados nos princípios constitucionais, e alinhados às expectativas e aos objetivos nacionais. Nesse sentido, os problemas tratados nesses documentos são específicos e impossíveis de serem transferidos à iniciativa privada ou a outro setor da gestão governamental.

Como no Brasil não há um histórico recente de envolvimento em guerras, a disponibilidade e o comprometimento das Forças Armadas, principal instrumento de defesa, estimula o seu envolvimento em ações típicas de

outras áreas governamentais, como no caso do intenso combate ao COVID-19, uma dessas últimas iniciativas.

Por essa razão, foi necessário buscar um enquadramento da defesa nacional. Sobre isso, Almeida (2010) esclarece que a publicação da Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005), continuação da anterior Política de Defesa Nacional (BRASIL, 1996) e da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008), constituem o “eixo normativo básico de defesa nacional no Brasil” (ALMEIDA, 2010, p.222).

Em agosto de 2010, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº. 136 (BRASIL, 2010) que impôs a criação de um Livro Branco de Defesa Brasileiro, já desenvolvido por diversos países do mundo, que visa a definir todas as diretrizes de nossa política de defesa. O LBDN possui um espectro múltiplo de significados para a política na estratégia de defesa de um país, sendo utilizado como instrumento de transparência, intenções e cooperação entre as nações.

Assim, a PND, documento vinculante de maior hierarquia da defesa nacional, estabelece e orienta as ações para a implementação de objetivos da Defesa Nacional. A END representa um desdobramento essencial dessa política e prevê como deverá ser executado o que foi estabelecido pela PND. O LBDN, por sua vez, tem como função apresentar para o público geral, a sociedade brasileira e a comunidade internacional, qual o posicionamento e a linha de ação do governo sobre o tema de defesa.

A elaboração desses documentos ocorreu de forma paulatina e, desde 2012, passou a ser realizada a cada quatro anos, conforme preconizado pela mencionada Lei Complementar nº. 136 (BRASIL, 2010), cujo texto define que:

O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4

(quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

I - a Política de Defesa Nacional;

II - a Estratégia Nacional de Defesa;

III - o Livro Branco de Defesa Nacional.

(BRASIL, 2010)

Dessa forma, a PND foi apresentada pela primeira vez em 1996 e foi atualizada em 2005, 2012, 2016 e 2020; a END foi introduzida em 2008, revisada em 2012, 2016 e 2020; e o LBDN foi lançado em 2012 e revisado em 2016 e 2020. Nesta pesquisa, o LBDN é considerado principal insumo devido ao seu propósito de esclarecer, sobretudo à comunidade internacional, as políticas e as ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à soberania do país. Desta forma, discutimos a PND, a END e o LBDN como elementos do grupo de textos sincrônicos; e o capítulo “Ambiente Estratégico do Século XXI” das edições de 2012, 2016 e 2020 do LBDN como grupos de dados diacrônicos. Esses dados serão analisados de forma integral, consoante a perspectiva analítica de triangulação proposta por Malamatidou (2018), explicitada no próximo tópico.

### 3. Perspectiva Analítica de Triangulação: Tipologia VVA

Neste artigo, adotou-se a abordagem metodológica de perspectiva analítica de triangulação, consoante a chamada tipologia VVA (variáveis, valores e atributos<sup>3</sup>), conceituada por Malamatidou (2018). Essa tipologia prevê um processo de triangulação de *corpus*<sup>4</sup> mediante

3 Original: *Variables, values, and attributes*.

4 *Corpus/corpora* é um termo que se refere à geração ou compilação de um grupo de textos, com parâmetros pré-definidos, para estudar um determinado fenômeno. Embora a palavra *corpus/corpora* seja comumente atrelada a uma linha teórica bem definida, de linguística de *corpus*, outras abordagens teórico-metodológicas utilizam *corpus* como recurso ou elemento complementar. Essa associação com *corpora* já foi, inclusive, realizada em várias instâncias de ciências sociais (na *Lancaster University*, o “*Centre for Corpus Approaches to Social Science*” – CASS – foi fundado em 2013) e mesmo no âmbito da Análise do Discurso (com a vertente de *corpus-assisted discourse studies*; Cf. BAKER, 2006). No entanto, esclarece-se que, neste artigo, a referência a *corpus* está sendo utilizada tão somente como um agrupamento de dados, gerados ou compilados para fins de pesquisa. Por esta razão, optou-se por referenciar *corpus* como “grupos de textos”

a combinação de grupos de dados e de métodos de análise para estudar um mesmo fenômeno, com base em uma mesma pergunta de pesquisa (Cf. MALAMATIDOU, 2018, p.35).

Diferentemente de processos de triangulação geralmente utilizados, que possuem uma perspectiva de validação de dados obtidos em outras etapas de pesquisa, o processo metodológico proposto por Malamatidou (2018) pressupõe a perspectiva de complementariedade, em que diferentes formas de análise e de grupos de dados gerados ou compilados para um mesmo propósito são utilizados a fim de estudar um determinado fenômeno de forma mais complexa. Nas palavras da autora,

Dadas as vantagens consideráveis de “completude” em comparação a validação, a triangulação de corpus deve ter o propósito de ampliar o conhecimento sobre um fenômeno linguístico e/ou tradução sob investigação, por meio de diferentes perspectivas de abordagem, e análise de vários parâmetros relevantes. (MALAMATIDOU 2018, p.36, tradução nossa)<sup>5</sup>

Nesse sentido, a autora define triangulação de corpus como

a combinação, de forma integrada, de múltiplos (dois ou mais) valores e/ou atributos de corpus de uma ou mais variáveis de corpus e/ou uso de (duas ou mais) técnicas de análise de corpus em um estudo de um único fenômeno. (MALAMATIDOU, 2018, p.34, tradução nossa)<sup>6</sup>

Esse conceito é demonstrado na seguinte tabela:

ou “textos” sincrônicos e diacrônicos, para evitar circunscrição a apenas uma linha teórica.

5 Original: “Given the considerable advantages of completeness compared to validation, the purpose of corpus triangulation should be to increase the knowledge about the linguistic and/or translation phenomenon under investigation, by approaching it from different perspectives and examining various relevant parameters.” (MALAMATIDOU 2018, p.36)

6 Original: “the combination, in an integrated manner, of multiple (two or more) corpus values and/or attributes from one or more corpus variables and/or the use of (two or more) corpus analysis techniques in one study of a single phenomenon.” (MALAMATIDOU, 2018, p.34)

Tabela 1. Tipologia VVA (variáveis, valores e atributos) de corpora

Table 3.2 VVA (variables, values, and attributes) typology of corpora

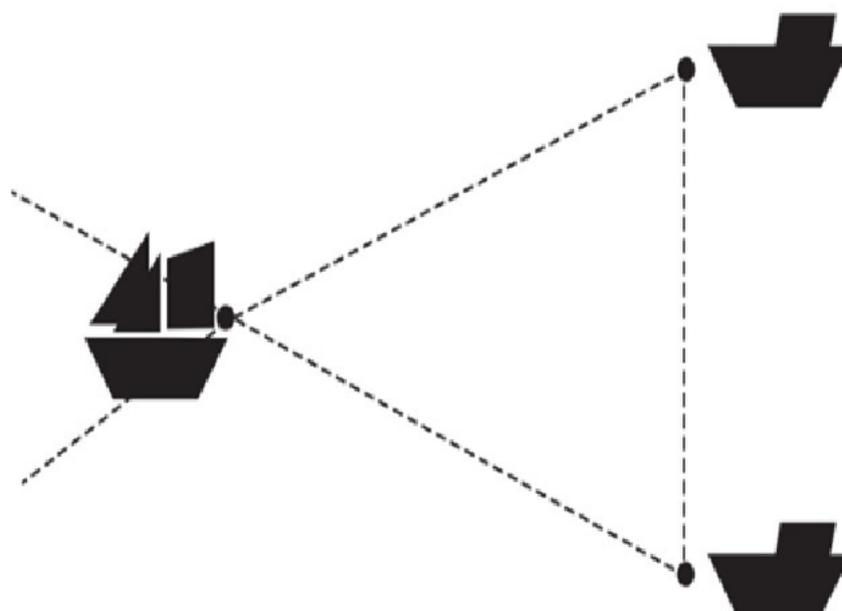
<i>Corpus Variables</i>				
	<i>Type</i>	<i>Languages</i>	<i>Time</i>	<i>Texts</i>
<i>Corpus Values</i>	Parallel	Monolingual	Synchronic	Translated
	Comparable	Bilingual	Diachronic	Non-translated
	Reference	Multilingual		
<i>Corpus Attributes</i>	-	Specific languages	Specific time spans	Specific genres

FONTE: Malamatidou, 2018, p. 46

Nesse âmbito, Malamatidou justifica que o conceito de triangulação utilizado se baseia no princípio primário de Denzin (1989), que o define como “a combinação de múltiplas (duas ou mais) teorias, fontes de dados, métodos ou pesquisadores em um estudo de um único

fenômeno.” (MALAMATIDOU, 2018, p.25, tradução nossa)<sup>7</sup>, exemplificada em analogia a procedimentos para encontrar um navio perdido em alto mar, conforme a imagem abaixo:

Figura 1. Utilização de triangulação para localizar uma embarcação em perigo



FONTE: Malamatidou, 2018, p.25

7 “the combination of multiple (two or more) theories, data sources, methods, or investigators in one study of a single phenomenon.” (MALAMATIDOU, 2018, p.25)

É defendida a característica múltipla de contraste e complementariedade de dados e de métodos em um processo de triangulação, isto é, a perspectiva analítica de triangulação abarca um ponto de vista prismático, consoante o proposto por Richardson e St. Pierre (2005), que focaliza a complexidade de relações entre os elementos de análise (dados e métodos), de um ponto de vista multidimensional e não bidimensional. Nas palavras dos autores:

O imaginário central para “validação” para textos pós-modernistas não é o triângulo – um objeto bidimensional, fixo, rígido. Em vez disso, o imaginário central é o cristal, que combina simetria e substância com uma variedade infinita

de formas, substâncias, transmutações, multidimensionalidades e ângulos de perspectiva. Os cristais crescem, mudam e são alterados, mas eles não são amorfos. Os cristais são prismas que refletem externalidades e refratam dentro deles próprios, criando diferentes cores, padrões e gamas que resvalam em diferentes direções. Aquilo que vemos depende de nosso ângulo de repouso – não triangulação, mas, em vez disso, prismatização. (RICHARDSON; ST. PIERRE, 2005, p tradução nossa)<sup>8</sup>

Com base nesse ponto de vista prismático, a perspectiva analítica de triangulação visa à associação de dados e métodos acerca de um mesmo objeto de estudo, conforme ilustrado na seguinte figura:

Figura 2. Perspectiva analítica de triangulação



FONTE: Elaboração própria

Assim, o primeiro grupo de dados consistiu na compilação de textos sincrônicos, isto é, de todos os documentos de defesa de 2020, e na geração de dados para o método de análise crítica do discurso; e o segundo grupo de dados consistiu na compilação de textos diacrônicos, que compreendem o capítulo “Ambiente Estratégico do Século XXI” dos Livros Brancos de Defesa Nacional de 2012, 2016 e 2020, e na geração de dados para o método de análise crítica do discurso. A estratégia analítica de triangulação derivada dessa perspectiva abarca os quadros teórico-metodológicos de (1) análise de *corpora*, (2) análise semântica lexical; e (3) análise crítica do discurso, mais detalhadamente apresentados nos próximos tópicos.

## 4. Análise de *Corpora* (Ac) e Análise Semântica Lexical (ASL)

Estudos com *corpus* podem abarcar uma série de possibilidades de análise de dados, seja como método linguístico *per se* (linguística de *corpus*. Cf. TOGNINI-BONELLI, 2001; BARBER-SARDINHA, 2004) seja como método complementar, associado

<sup>8</sup> Original: “the central imaginary for “validity” for postmodernist texts is not the triangle – a rigid, fixed, two-dimensional object. Rather, the central imaginary is the crystal, which combines symmetry and substance with an infinite variety of shapes, substances, transmutations, multidimensionalities, and angles of approach. Crystals grow, change, and are altered, but they are not amorphous. Crystals are prisms that reflect externalities and refract within themselves, creating different colors, patterns, and arrays casting off in different directions. What we see depends on our angle of repose – not triangulation but rather crystallization.” (RICHARDSON; ST. PIERRE, 2005, p.1416)

a estudos do discurso, históricos, geográficos, entre outros (Cf. PARTINGTON; MORLEY; HAARMAN, 2003; BAKER; McENERY, 2015). Os *corpora* geralmente são constituídos de forma a contrastar um grupo de dados de referência e um grupo de dados de estudo, buscando verificar como determinados parâmetros, normalmente abstraídos dos dados de referência, são verificados no grupo de dados de estudo. Para isso, a constituição do *corpus* propriamente dita é realizada de forma cuidadosa, buscando conferir representatividade aos textos compilados, com ponderação acerca do tamanho da amostra (número de palavras), fontes, tipos de texto, gêneros textuais, entre outros fatores, a depender dos objetivos da pesquisa propriamente ditos.

Nesse sentido, esses grupos de texto (*corpora*) podem servir a diversos propósitos de análise, de forma mais direcionada, como análises de cunho lexicográfico ou terminológico (Cf. L'HOMME, 2020; PEIXOTO; PIMENTEL, 2020); ou de forma mais ampla, como no caso de estudos discursivos, abarcando variáveis mais contextuais, não necessariamente adotando parâmetros estatísticos para todas as análises. Essas perspectivas, no entanto, também podem ser associadas, em uma pesquisa que busca relacionar resultados de diferentes métodos de análise de um mesmo objeto de estudo (Cf. MALAMATIDOU, 2018).

A partir de uma análise de cunho lexicográfico ou terminológico, por exemplo, é possível direcionar conjuntos de sentidos associados que vão projetar relações discursivas concernentes à temática em questão. A natureza aplicada da lexicografia (Cf. GEERTS, 2016) abarca possíveis linhas descritivas como a semântica lexical, que compreende o campo lexical como lócus de análises semânticas relacionais, a fim de descrever relações entre palavras em nível não apenas sintático, mas sobretudo semântico, parte mais fundamental de uma língua.

A integração de análise de *corpora* e análise léxico-semântica permite o processamento de uma gama de textos, para abstrair significados relacionais, que podem ser verificados por meio da atribuição de etiquetas semânticas, por exemplo, para compreender o campo de sentido contextual e cotextual em que os termos estão inseridos. Essa integração pode ser utilizada para vários propósitos, desde terminologia *stricto sensu* até a análise de densidade temática de discursos e seus significados léxico-semânticos associados, de forma a contrastar conteúdos de textos distintos, com o propósito de perceber equivalências e contrastes e, principalmente, nuances de sentido que estão imbricadas no uso da linguagem, mediante as escolhas linguísticas realizadas.

Com base nesse *continuum* de perspectiva micro-macro, as associações de sentido intrínsecas ao contexto podem ser mais amplamente compreendidas com um aporte de análise crítica do discurso, por exemplo. Isto, pois, ao aprender uma língua, o indivíduo, na verdade, torna-se imbuído de um arcabouço cultural representativo daquele contexto social. Trata-se de algo que estará inconscientemente presente em suas ações e discurso. Goddart e Wierzbicka (2014) ilustram o alcance dessa influência ao enunciar que “as pessoas falam com palavras, elas pensam com palavras, elas ‘fazem coisas’ com palavras; em grande medida, as palavras moldam as vidas das pessoas. Indiscutivelmente, elas também contribuem significativamente para moldar as questões mundiais” (GODDART; WIERZBICKA, 2014, p.2, tradução nossa)<sup>9</sup>. Por exemplo, palavras como ‘país’, ‘nação’ e ‘Estado’ utilizadas em discursos políticos são bastante representativas, haja vista revelarem pressupostos de poder e identidade nacionais (Cf. GEERTZ, 2000). Nesse sentido, afirmam Goddart e Wierz-

9 Original: “people speak with words, they think with words, they ‘do things’ with words; to a significant extent, words shape people’s lives. Arguably, they also contribute significantly to shaping world affairs”. (GODDART; WIERZBICKA, 2014, p.2).

bicka (2014), “*país* é definido por meio de *nação* e *estado*, *nação* por meio de *país*, e *estado* por meio de ambos *país* e *nação*” (GODDART; WIERZBICKA, 2014, p.3, grifos dos autores, tradução nossa)<sup>10</sup>, pontos de vista que direcionam um paradigma geral para a expansão de nações.

A amplitude desses pressupostos, particularmente sob a ótica de uma análise discursiva de cunho crítico, será mais detalhadamente abordada no próximo tópico.

## 5. Análise Crítica do Discurso (ACD)

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma proposta que se baseia em uma percepção discursiva de linguagem como parte irredutível da vida social, com ampla possibilidade de aplicação, constituindo modelo teórico-metodológico possível para tratamento de diversas práticas, ao mapear relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores e grupos sociais, e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva ocorre. As perguntas que geraram as investigações partem, acima de tudo, do interesse pela linguagem e por seu complexo vínculo com a sociedade.

Dessa forma, a ACD encontra-se no centro da busca pelo entendimento da construção dos significados, das relações entre linguagem e sociedade, como uma abordagem textualmente orientada, pautada no texto em contexto (Cf. RESENDE; RAMALHO, 2016). Por conseguinte, propõe-se uma investigação da constituição dos significados nos discursos à luz das considerações das funções propostas pela perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) desenvolvida pelo linguista inglês Michael Alexander Kirkwood Halliday (1994).

A ACD pode ser entendida também como análise de efeitos de um texto, que pode mostrar o efeito duradouro dos discursos. Sobre isso Jäger (2017) salienta que é por meio da persistente recorrência de conteúdos, símbolos e estratégias que são produzidos sólidos “núcleos de saberes”, os quais conduzem o comportamento dos sujeitos, cuja gênese a análise pode mostrar.

Esta perspectiva, de acordo com Fairclough (2003), tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, em interface não apenas interdisciplinar, mas sobretudo transdisciplinar. Em outras palavras, teoria e método são indissociáveis, haja vista essa abordagem constituir um processo teórico em que os métodos são selecionados de acordo com o objeto de pesquisa construído teoricamente.

Para Van Dijk (2015), a ACD tem como tarefa explicar as relações entre discurso e poder social, descrevendo e explicando como iniquidades sociais ocorrem, são reproduzidas ou legitimadas pelo texto e pela fala de grupos ou instituições dominantes. Nesse campo, o analista se posiciona explicitamente com sua proposta de entender, tornar público e, sobretudo, fazer parte do movimento de resistência e pela mudança desse quadro social desfavorável ou hostil.

O marco teórico da ACD, segundo o autor, é um movimento que se interessa pela análise de problemas sociais fundamentais, como a reprodução discursiva da dominação ilegítima. Para isso, são considerados dois níveis de análise: o macronível que compreende questões relacionadas a poder, dominação e desigualdade social; e o micronível, que consiste na análise de uso da linguagem, de discurso, de interação verbal e de comunicação, verificados pela realização textual.

Para explanação crítica de problemas sociais, Fairclough (2003) propõe, por meio de análise linguística,

<sup>10</sup> Original: “*country* is defined via *nation* and *state*, *nation* via *country*, and *state* via both *country* and *nation*.” (GODDART; WIERZBICKA, 2014, p. 3, grifos dos autores)

cinco etapas de organização do processo investigativo. A **primeira** etapa consiste em identificar um problema social com aspectos semióticos; a **segunda** etapa contempla identificar os obstáculos que precisam ser superados; a **terceira** etapa considera se o problema social identificado na primeira etapa colabora com a ordem social; na **quarta** etapa, identificam-se as possibilidades de mudanças, de superação do problema social; e, finalmente, a **quinta** etapa é um momento em que a análise se torna reflexiva, parte essencial da pesquisa, dada sua postura crítica e emancipatória.

Na obra de 2003, Fairclough apresenta a proposta de se analisar os três modos pelos quais o discurso figura nas práticas sociais: gêneros (modos de agir), discursos (modos de representar) e estilos (modos de ser). Considerando os textos como multifuncionais, ele apresenta os principais tipos de significado do texto – ação, representação e identificação. O significado acional se associa ao conceito de gênero, como modos de agir e de interagir; o representacional, ao conceito de discurso, como modos de representar diferentes aspectos do mundo; e o identificacional, ao conceito de estilo, como modos de ser.

Assim, é possível analisar os três modos pelos quais o discurso figura nas práticas sociais (modos de agir, de representar e de ser), articulados aos três significados (o acional, o representacional e o identificacional). Nesta pesquisa, focalizaremos o significado acional.

Ao tratar do significado acional, destacamos que a abordagem de ACD adotada concebe o gênero como modo de ação na sociedade. Consoante essa concepção, os gêneros discursivos são definidos pelas práticas sociais com que se relacionam e pela maneira como essas práticas se articulam, de modo que as mudanças nas práticas sociais produzem mudanças nas formas de ação e interação dos gêneros.

Fairclough (2003) propõe analisar o significado acional de diversas maneiras, mas, para este artigo, será apresentada apenas uma categoria analítica relacionada a maneiras de agir discursivamente em práticas sociais: a intertextualidade, isto é, a relação de um texto com outro texto. Esta escolha deveu-se ao fato de que compreendemos a intertextualidade como inserida na história da sociedade em um texto, pois o texto absorve e é construído de textos do passado; e desse texto na história, pois o texto atualiza e responde textos passados. Esse movimento ajuda a fazer história e contribui para processos de mudança, antecipando e tentando moldar textos subsequentes.

Mais precisamente, observamos, nesta pesquisa, o que Fairclough (2016) denomina “intertextualidade vertical”, ou seja, relações entre textos que constituem contextos mais ou menos imediatos ou distantes e com os quais está historicamente ligado em várias escalas e por vários parâmetros. Ao utilizar esses pressupostos no direcionamento de nossa pesquisa, preocupamo-nos em observar o que foi incluído no LBDN de 2020 dos textos de 2012 e 2016, e o que foi significativamente excluído.

Todos os procedimentos metodológicos adotados neste artigo, de forma integrada, são apresentados e comentados na seção seguinte.

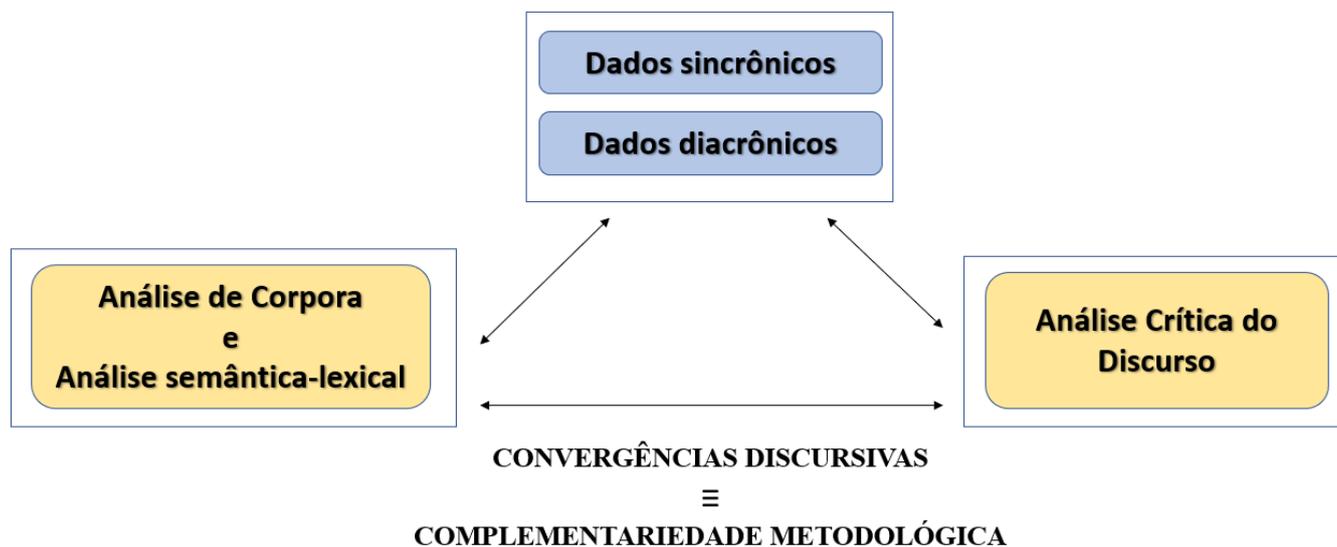
## 6. Procedimentos Metodológicos

Ao partir da abordagem metodológica de perspectiva analítica de triangulação, a pesquisa empreendida neste artigo compreendeu, para a triangulação de dados, a análise de dois grupos de dados (diacrônico e sincrônico); e, para a triangulação de métodos, os métodos de análise de *corpora* (AC), análise semântica lexical (ASL) e análise crítica do discurso (ACD).

Consoante o proposto pela tipologia VVA, houve combinação de valores de uma mesma variável (tempo<sup>11</sup>), com a compilação de um *corpus* diacrônico (capítulo “Ambiente Estratégico do Século XXI” dos Livros de Defesa de 2012, 2016 e 2020)

e de um *corpus* sincrônico (todos os documentos de defesa de 2020); e a combinação de técnicas de análise quantitativa e qualitativa<sup>12</sup>. A esquematização dessa estratégia analítica de triangulação é apresentada na Figura 3 abaixo:

Figura 3. Estratégia analítica de triangulação



FONTE: Elaboração própria

Como ilustrado na Figura 3, os dados consistem em (1) textos sincrônicos e (2) textos diacrônicos; e os métodos de análise compreendem o procedimento quantitativo de (1) busca de palavras-chave, conforme a AC; e os procedimentos qualitativos de (2) análise de com-

binatórias e relações lexicais, conforme a ASL; e (3) de análise de problemas sociais, conforme a ACD.

Em relação aos grupos de texto, a arquitetura das amostras está explicitada a seguir:

Tabela 2. Arquitetura dos dados

Grupos de texto	Tipos de palavras*	Número de palavras**
Textos Diacrônicos	2.794	20.534
Textos Sincrônicos	6.208	57.759

**Legenda:** \*Tipos de palavras = número de itens lexicais (*word types*);

\*\* Número de palavras = número total de palavras contido no grupo de textos (*word tokens*).

12 Malamatidou (2018) classifica as metodologias quantitativa e qualitativa como paradigmas de pesquisa. Nesse sentido, métodos que utilizam estratégias de um mesmo paradigma (qualitativo ou quantitativo) são denominados “*within-method*”, ao passo que métodos que utilizam associação dos dois paradigmas (quantitativo e qualitativo) são denominados “*between method*”, que é o caso da pesquisa empreendida em nosso artigo.

Em suma, os procedimentos metodológicos, compreendendo os dois conjuntos de dados e os três métodos de análise de dados, estão explicitados na seguinte tabela:

**Tabela 3. Procedimentos metodológicos**

#	Etapas	Ações
1	Fundamentação Teórica	Fundamentação teórica sobre os documentos de defesa nacional (seção 2); sobre perspectiva analítica de triangulação (seção 3); sobre análise de <i>corpora</i> e análise semântica lexical (seção 4); e sobre análise crítica do discurso (seção 5).
2	Dados (1)	Compilação de textos diacrônicos, constituídos por texto do capítulo “Ambiente Estratégico do Século XXI” de três edições do Livro Branco de Defesa Nacional (2012, 2016 e 2020); e geração de dados para o método de análise crítica do discurso.
3	Dados (2)	Compilação de textos sincrônicos, constituídos por texto dos três documentos de defesa da edição de 2020 (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional); e geração de dados para o método de análise crítica do discurso.
4	Método de Análise (1)	Método quantitativo de análise de <i>corpora</i> , mediante a geração de listas de palavras e extração das 10 palavras lexicais mais recorrentes nos grupos de texto diacrônico e sincrônico, por meio do programa AntConc (ANTHONY, 2019).
5	Método de Análise (2)	Método qualitativo de análise semântica lexical, por meio do estudo das combinatórias de ocorrências associadas aos termos selecionados e de seus significados.
6	Método de Análise (3)	Método qualitativo de análise crítica do discurso, mediante (a) a identificação do problema social, (b) a identificação de obstáculos para a superação do problema, (c) a reflexão acerca da função do problema na prática social, (d) a análise das possibilidades de mudança e (e) a reflexão sobre a análise.
7	Interpretação dos resultados	Discussão dos resultados, com base na estratégia analítica de triangulação (tipologia VVA), considerando perspectivas complementares de análise, por meio da comparação de resultados dos métodos de análise de <i>corpora</i> e de análise semântica lexical com os resultados do método de análise crítica do discurso.

## 7. Discussão e Interpretação dos Resultados

### 7.1. Densidade temática e significados léxico-semânticos associados

Os textos sincrônicos e diacrônicos foram analisados, nesta primeira etapa, conforme os métodos de análise de *corpora* (AC) e de análise semântico-lexical (ASL), de forma integrada. A análise dos grupos de texto buscou verificar a densidade temática, consoante os principais itens lexicais destacados nos textos sincrônicos e a ordem dos itens lexicais nos grupos de textos diacrônicos, conforme variação nas edições de 2012, 2016 e 2020.

Dos trinta primeiros itens lexicais analisados nos textos sincrônicos, foram destacados os termos (1s) capacidade, (2s) controle, (3s) cooperação, (4s) despesas, (5s) emprego, (6s) operações, (7s) recursos, (8s) segurança, (9s) soberania e (10s) território, haja vista refletirem posicionamento institucional em relação ao arcabouço de defesa. Nesse sentido, o campo semântico compreendido por esses termos assume um espectro de ênfase em um posicionamento defensivo, com controle de recursos e fronteiras territoriais, com o intuito de manter a soberania nacional, mas sem apor obstáculos a atividades de cooperação entre os países.

Em relação aos itens lexicais presentes nos textos diacrônicos, foram destacados os vinte mais recorrentes nas três edições do capítulo “Ambiente Estratégico de Defesa”, conforme listados na tabela abaixo:

**Tabela 4. Itens lexicais mais recorrentes nos textos diacrônicos**

#	2012	#	2016		2020
1	Brasil	1	Brasil	1	defesa
2	defesa	2	defesa	2	Brasil
3	sul	3	internacional	3	internacional
4	internacional	4	sul	4	nacional
5	estados	5	estados	5	armas
6	segurança	6	segurança	6	segurança
7	armas	7	armas	7	estados
8	cooperação	8	nucleares	8	paz
9	desenvolvimento	9	desenvolvimento	9	sul
10	nuclear	10	paz	10	área
11	país	11	país	11	países
12	paz	12	ambiente	12	ambiente
13	tratado	13	nações	13	destruição
14	política	14	cooperação	14	espaço
15	ambiente	15	tratado	15	país
16	nações	16	brasileira	16	região
17	brasileira	17	área	17	brasileira
18	desarmamento	18	política	18	cooperação
19	nacional	19	unidas	19	desenvolvimento
20	recursos	20	espaço	20	proliferação

A AC inicial indica, em relação à frequência dos termos, que a questão da defesa passou a ser mais referenciada na edição do livro de 2020. Em que pese uma referência mais destacada para o termo ‘internacional’ na edição mais recente, o item lexical ‘Estados’ foi menos utilizado textualmente, potencialmente como uma forma de não subentender contraste entre essas entidades de direito público.

Interessante destacar que a temática nuclear não é mais tão expressiva no capítulo analisado do livro de 2020, dado que o termo não figura entre os vinte mais frequentes, embora ‘armas’ conste como 5º item mais citado nessa referida edição. Nesse sentido, essas ocorrências podem sugerir que a temática nuclear tenha sido abordada a partir de uma perspectiva mais neutra, englobada no âmbito semântico de ‘armas’ como uma forma de compreender outras possibilidades, como no caso de outras armas de destruição em massa.

Em relação à cooperação entre países da América do Sul, as edições de 2012 e de 2016 apresentam esse termo em frequência equiparada, ao passo que, em 2020, o texto abordou menos essa perspectiva hemisférica, poten-

cialmente como uma tendência a homogeneização de intenção cooperativa entre países, embora haja, ainda, maior alinhamento com países do Cone Sul.

Esse primeiro perfil, abstraído por meio de AC, sobre os textos sincrônicos e diacrônicos, pode ser aprofundado com a apreciação semântica-lexical, particularmente em relação aos termos mais representativos. Para tanto, a seleção de termos do grupo de textos diacrônicos foi realizada por meio de análise de palavras-chave (função *Keyword List*) da ferramenta AntConc (ANTHONY, 2019), segundo o critério estatístico *log-likelihood*, baseado na comparação do grupo de textos de referência (sincrônicos) com o grupo de textos de estudo (diacrônicos). Essa comparação destaca palavras características de um texto de estudo, conforme contraste de frequências relativas. Como conceituado por Anthony (2020), “this tool shows the which words are unusually frequent (or infrequent) in the corpus in comparison with the words in a reference corpus. This allows you to identify characteristic words in the corpus, for example, as part of a genre or ESP study”. Os itens lexicais destacados nessa comparação são apresentados na figura abaixo:

Figura 4. Lista de palavras-chave gerada por análise no *AntConc*

 Keyword List Results 1

Keyword Types: 67      Keyword Tokens: 3290      Search Hits: 0

Rank	Freq	Keyness (LL4)	Effect (DICE)	Keyword
1	69	+ 95.35	0.0067	nucleares
2	123	+ 88.72	0.0119	não
3	41	+ 85.24	0.004	desarmamento
4	91	+ 85.16	0.0088	estados
5	81	+ 80.1	0.0078	armas
6	59	+ 74.69	0.0057	tratado
7	36	+ 72.83	0.0035	tnp
8	103	+ 71.71	0.0099	internacional
9	36	+ 65.6	0.0035	conferência
10	335	+ 57.9	0.0313	que
11	39	+ 51.75	0.0038	unidas
12	98	+ 51.16	0.0095	sul
13	77	+ 49.92	0.0074	sobre
14	188	+ 47.63	0.0179	brasil
15	37	+ 45.72	0.0036	proliferação
16	17	+ 45.52	0.0017	nuclearmente
17	55	+ 44.6	0.0053	nações
18	24	+ 43.73	0.0023	proibição
19	58	+ 37.54	0.0056	ambiente
20	28	+ 37.25	0.0027	áfrica

FONTE: Anthony, 2019

Dos itens lexicais com maior representatividade, ao comparar os dois grupos de texto, foram extraídas as palavras (1d) armas, (2d) desarmamento, (3d) estados, (4d) internacional, (5d) nações, (6d) nucleares, (7d) proibição, (8d) proliferação, (9d) sul e (10d) tratado / TNP, a serem analisadas no grupo de textos diacrônicos.

Ao nos dedicarmos à análise semântico-lexical, as ocorrências associadas aos termos destacados nos textos sincrônicos e diacrônicos foram analisadas e, com base em uma perspectiva de análise terminológica (Cf. L'HOMME, 2020; PEIXOTO; PIMENTEL, 2020), foram criadas as seguintes etiquetas semânticas para a classificação dessas ocorrências, conforme listadas abaixo:

**Tabela 5.** Etiquetas semânticas atribuídas às ocorrências relacionadas aos termos selecionados

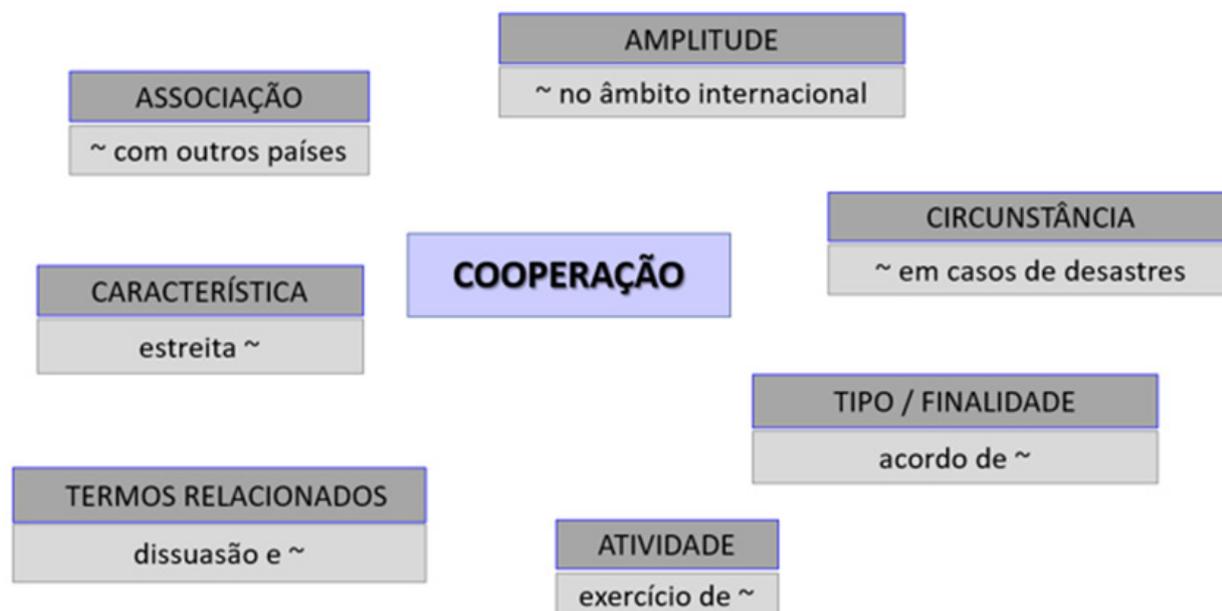
01	AMPLITUDE	Refere-se à amplitude de atuação ou de abrangência de algo. Ex: '~ no âmbito internacional'
02	APLICAÇÃO	Refere-se ao recurso material ou financeiro aplicado. Ex: '~ da Força'
03	ASSOCIAÇÃO	Refere-se à inter-relação entre dois elementos, de forma associativa ou cooperativa. Ex: '~ entre os povos'
04	ATIVIDADE	Refere-se a um ato de execução ou implementação. Ex: 'exercício de ~'
05	ATIVO	Refere-se ao recurso potencial disponível. Ex: 'provisão dos ~'
06	ATRIBUIÇÃO	Refere-se a algo designado a alguém ou a alguma entidade. Ex: 'coube o ~'
07	CARACTERÍSTICA	Refere-se a uma caracterização intrínseca, geralmente atribuída por adjetivo ou expressão adjetiva. Ex: 'estreita ~'
08	CARACTERÍSTICA / ASSOCIAÇÃO	Refere-se à combinação das etiquetas CARACTERÍSTICA e ASSOCIAÇÃO. Ex: '~ conjunta'
09	CIRCUNSTÂNCIA	Refere-se a uma circunstância física ou contextual para ou durante a realização de algum evento. Ex: '~ em casos de desastre'
10	COMPARAÇÃO	Refere-se a uma comparação direta ou indireta. Ex: 'priorizar o ~'
11	FATOR DE DIMENSÃO	Refere-se a um fator de dimensão espacial ou quantitativa. Ex: 'maximizar a ~'
12	FINALIDADE	Refere-se a uma finalidade direta ou indireta para a consecução de algo. Ex: 'conferência sobre ~'
13	GESTÃO	Refere-se à gestão ou ao planejamento de alguma ação ou atividade, ou a uma entidade que realiza essa gestão. Ex: '~ da Marinha Mercante'
14	GESTÃO / FINALIDADE	Refere-se à combinação das etiquetas GESTÃO e FINALIDADE. Ex: '~ de pessoal'

15	INSTRUMENTO	Refere a um meio operacional ou administrativo utilizado para a consecução de algo. Ex: 'mandados de ~'
16	LOCALIZAÇÃO	Refere-se à localização de uma instalação ou atividade. Ex: 'zona livre de ~'
17	NORMATIVA	Refere-se a uma normativa ou orientação para a realização ou implementação de alguma ação. Ex: 'medidas de ~'
18	TIPO	Refere-se a um tipo ou categoria de determinado item. Etiqueta comumente associada a outras. Ex: '~ de aquisição'
19	TIPO / AMPLITUDE	Refere-se à combinação das etiquetas TIPO e AMPLITUDE. Ex: ~ brasileira
20	TIPO / CARACTERÍSTICA	Refere-se à combinação das etiquetas TIPO e CARACTERÍSTICA. Ex: '~ bélica expressiva'
21	TIPO / APLICAÇÃO	Refere-se à combinação das etiquetas TIPO e APLICAÇÃO. Ex: '~ de operar'
22	TIPO / FINALIDADE	Refere-se à combinação das etiquetas TIPO e FINALIDADE. Ex: '~ de dissuasão'
23	TIPO / GESTÃO	Refere-se à combinação das etiquetas TIPO e GESTÃO. Ex: '~orçamentários'
24	PRINCÍPIO	Refere-se a um princípio de orientação geral. Ex: 'proteção à ~'
25	PRINCÍPIO / ASSOCIAÇÃO	Refere-se à combinação das etiquetas PRINCÍPIO e ASSOCIAÇÃO. Ex: igualdade jurídica entre os ~
26	PRINCÍPIO / FINALIDADE	Refere-se à combinação das etiquetas PRINCÍPIO e FINALIDADE. Ex: objetivo primordial dos ~
27	PROBABILIDADE	Refere-se à probabilidade de ocorrência, geralmente em relação a um referente de prosódia semântica negativa. Ex: 'risco à ~'
28	REFERÊNCIA	Refere-se a uma entidade denominável ou comparável Ex: 'perfil das ~'
29	RELAÇÃO	Refere-se à conexão entre dois elementos. Ex: 'ligada à ~'
30	TEMPO	Refere-se ao intervalo para a realização de algo. Ex: 'pronto ~'
31	TERMO RELACIONADO	Refere-se a dois termos diretamente relacionados no discurso. Ex: ~ e usos da energia

Para explicar como as etiquetas semânticas foram atribuídas aos termos analisados, o perfil semântico do

termo 'cooperação', analisado no corpus sincrônico, é apresentado na figura a seguir:

Figura 5. Perfil semântico do termo 'cooperação' nos textos sincrônicos



FONTE: Elaboração própria

A necessidade de cooperação entre os países é pressuposto para o fortalecimento do ambiente estratégico, uma vez que, conforme descrito na edição de 2020 do Livro Branco de Defesa Nacional, “caso haja o predomínio do conflito sobre a cooperação, haverá um ambiente estratégico de enfraquecimento de mecanismos de coordenação multilateral.” (BRASIL, 2020b, p.15).

O perfil das etiquetas semânticas de cada termo nos textos sincrônicos é descrito na tabela abaixo, destacando o total de ocorrências dos elementos associados, o total de etiquetas atribuídas para as ocorrências de cada termo e a densidade temática, calculada como o percentual de diversidade de etiquetas semânticas em comparação com o número total de etiquetas definidas.

Tabela 6. Perfil das etiquetas semânticas dos termos dos textos sincrônicos

TERMO	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	TOTAL DE ETIQUETAS	DENSIDADE TEMÁTICA
capacidade	22	13	42%
controle	22	6	19%
cooperação	22	9	29%
despesa	11	7	23%
emprego	13	8	26%
operação	29	11	35%
recurso	22	13	42%
segurança	25	9	29%
soberania	10	6	19%
território	9	5	16%

Em relação aos textos sincrônicos, observou-se que os termos destacados como mais relevantes possuem elementos associados sobretudo do campo semântico TERMO RELACIONADO, e TIPO e suas etiquetas mistas TIPO / CARACTERÍSTICA e TIPO / FINALIDADE, demonstrando um teor mais objetivo em relação à exposição inicial do conjunto de textos. Em relação à densidade temática, observou-se que os termos sincrônicos possuem perfil um pouco distinto, com etiquetas que coincidem em menos de 50%. Os termos ‘soberania’, ‘território’ e ‘controle’ possuem um escopo mais restrito, dos quais ‘soberania’ e ‘território’ abarcam princípios norteadores para as ações a serem desenvolvidas pelo Estado Brasileiro, evidenciados pelas ocorrências ‘proteção da ~’ e ‘inviolabilidade do ~’.

A questão da soberania nacional e da segurança nacional são pontos-chave abordados nos textos sincrônicos, haja vista serem parâmetros reguladores das atividades de cooperação. Esses termos aparecem definidos das seguintes formas:

Segurança Nacional – é a sensação de garantia para a Nação da conquista e manutenção dos seus objetivos fundamentais, proporcionada pela aplicação do Poder Nacional. Permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.” (LBDN, 2020, p.193, Glossário)

A soberania é o primeiro fundamento citado no art. 1º da Constituição Federal brasileira. A soberania é inalienável, indivisível e imprescritível. Deve ser exercida pela vontade geral e ser preservada em nome das futuras gerações e da prosperidade do País. Trata-se de uma ordem suprema, que não deve ser submetida a outra ordem. (PND, 2020, p. 33)

Soberania – manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos, nem par-

ticipação em atos dessa natureza em relação a outras nações. (LBDN, 2020, p. 193, glossário)

Ao abordar a questão da segurança, os textos sincrônicos adotam uma postura mais operacional, em que são definidos tipos de segurança, em um escopo semântico de TIPO, TIPO / AMPLITUDE e TIPO / CARACTERÍSTICA, como as ocorrências ‘~ das comunicações’, ‘~ internacional’ e ‘~ hemisférica’, respectivamente.

Por outro lado, ‘capacidade’ e ‘recurso’ são os termos que apresentam maior número de associações semânticas, principalmente quanto às variações simples e híbridas da etiqueta TIPO (TIPO, TIPO / AMPLITUDE, TIPO / CARACTERÍSTICA, TIPO / APLICAÇÃO, TIPO / FINALIDADE), fato que aponta ênfase no arcabouço do Brasil em relação às possibilidades de estabelecimento de cooperação estratégica multilateral. Particularmente, as ocorrências de TIPO / FINALIDADE e TIPO / APLICAÇÃO, tais como ‘~ de defesa’, ‘~ de desenvolvimento’, ‘~ de operar’, ‘~ de se contrapor’, e ‘~ de detecção’, ‘~ de interceptação’, para os termos ‘capacidade’ e ‘recursos’, respectivamente, exemplificam ações multilaterais desejáveis no âmbito político e operacional. Essa ênfase é ratificada pela presença, no glossário, de definições específicas para ‘capacidade de coordenação e controle’, ‘capacidade de dissuasão’, ‘capacidade de gestão da informação’, ‘capacidade de mobilidade estratégica’, ‘capacidade de mobilização’, ‘capacidade de pronta-resposta’, ‘capacidade de proteção’, ‘capacidade logística’ e ‘capacidades nacionais de defesa’ (LBDN 2020, p. 188-189).

Em relação à ‘capacidade de dissuasão’, especificamente, é definida como

condições que possui a Nação de aplicar o Poder Nacional, principalmente suas capacidades de Proteção e de Pronta-resposta, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil. Con-

figura-se como fator essencial para a Defesa Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões. (LBDN 2020, p. 188-9).

Quanto aos textos diacrônicos, o perfil das etiquetas semânticas atribuídas a todos os termos é apresentado na seguinte tabela:

Tabela 7. Perfil das etiquetas semânticas dos termos dos textos diacrônicos (edições do LBDN de 2012, 2016 e 2020)

TERMO	TOTAL DE OCORRÊNCIAS			TOTAL DE ETIQUETAS			DENSIDADE TEMÁTICA		
	2012	2016	2020	2012	2016	2020	2012	2016	2020
armas	14	11	9	7	6	5	23%	19%	16%
desarmamento	16	9	4	8	4	3	26%	13%	10%
estados	11	15	14	8	9	6	26%	29%	19%
internacional	19	19	18	10	9	9	32%	29%	29%
nações	10	5	2	6	3	2	19%	10%	6%
nuclear	11	11	4	4	8	3	13%	26%	10%
proibição	12	10	7	4	5	3	13%	16%	10%
proliferação	9	8	7	7	6	6	23%	19%	19%
sul	12	11	8	6	3	3	19%	10%	10%
tratado	23	23	12	10	10	8	32%	32%	26%

Em relação a esse grupo de textos diacrônicos, observou-se que o termo ‘armas’ aparece mais destacadamente na edição de 2012, inclusive com atribuição de mais etiquetas TIPO / CARACTERÍSTICA, como ‘~ ofensivas estratégicas’, ‘~ químicas’ e ‘~ atômicas’, ao passo que a edição de 2020 apresenta mais etiquetas de ATIVIDADE em relação a esse termo, como as ocorrências ‘tráfico internacional de ~’, ‘estocagem de ~’ e ‘fabricação de ~’, o que demonstra um escopo mais amplo de referência.

Observa-se, também, que a temática nuclear perdeu bastante expressividade, com os termos ‘nuclear’ e ‘proliferação’ sendo bem menos presentes nos textos de 2016 e 2020 do que no texto de 2012. De forma análoga, os termos ‘tratado’ e ‘proibição’ também foram bem menos marcados em 2020. Isso provavelmente indica uma mudança de escopo de ações de polarização

de Guerra Fria para um escopo de cooperação entre os países. Nesse sentido, a própria ocorrência do termo ‘proliferação’ ocorre em 2020 como menção a proliferação de armas de destruição em massa, o que inclui, além das nucleares, também armas químicas e biológicas, e não mais proliferação exclusivamente nuclear, como o termo costumava ser utilizado inicialmente, de forma bastante associada ao Tratado de Tlatelolco. Nas edições de 2012 e de 2016, por exemplo, era comum a menção a Estados nuclearmente armados, ao passo que, em 2020, passou-se a adotar uma perspectiva de recursos nucleares como sobretudo estratégicos, para geração de energia ou para outros fins, como aplicações médicas.

Nesse contexto, vale ressaltar que o Tratado de Tlatelolco, de não-proliferação de armas nucleares (TNP), previa um esforço de não armamento daqueles países

que ainda não possuíam armas nucleares, embora não necessariamente obrigasse que aqueles países já nuclearmente armados se desfizessem de seu arsenal. O primeiro país que voluntariamente o fez foi a África do Sul, em 1989, com posterior assinatura do tratado, em 1991, em meio a um cenário político conturbado.

Nesse sentido, o TNP previa o legítimo uso de armas nucleares para fins pacíficos, como indicado no excerto abaixo, referente ao artigo IV do referido tratado:

1. Nenhuma disposição deste Tratado será interpretada como afetando o **direito inalienável de todas as Partes do Tratado de desenvolverem a pesquisa, a produção e a utilização da energia nuclear para fins pacíficos**, sem discriminação, e de conformidade com os artigos I e II deste Tratado.

2. Todas as partes deste Tratado comprometem-se a facilitar o mais amplo intercâmbio possível de equipamento, materiais e informação científica e tecnológica sobre a utilização pacífica da energia nuclear e dele tem o direito de participar. As partes do Tratado em condições de o fazerem **deverão também cooperar – isoladamente ou juntamente com outros Estados ou Organizações Internacionais – com vistas a contribuir para o desenvolvimento crescente das aplicações da energia nuclear para fins pacíficos**, especialmente nos territórios dos Estados não-nuclearmente armados, Partes do Tratado, com a devida consideração pelas necessidades das regiões do mundo em desenvolvimento.

(BRASIL, 1998, grifos nossos)

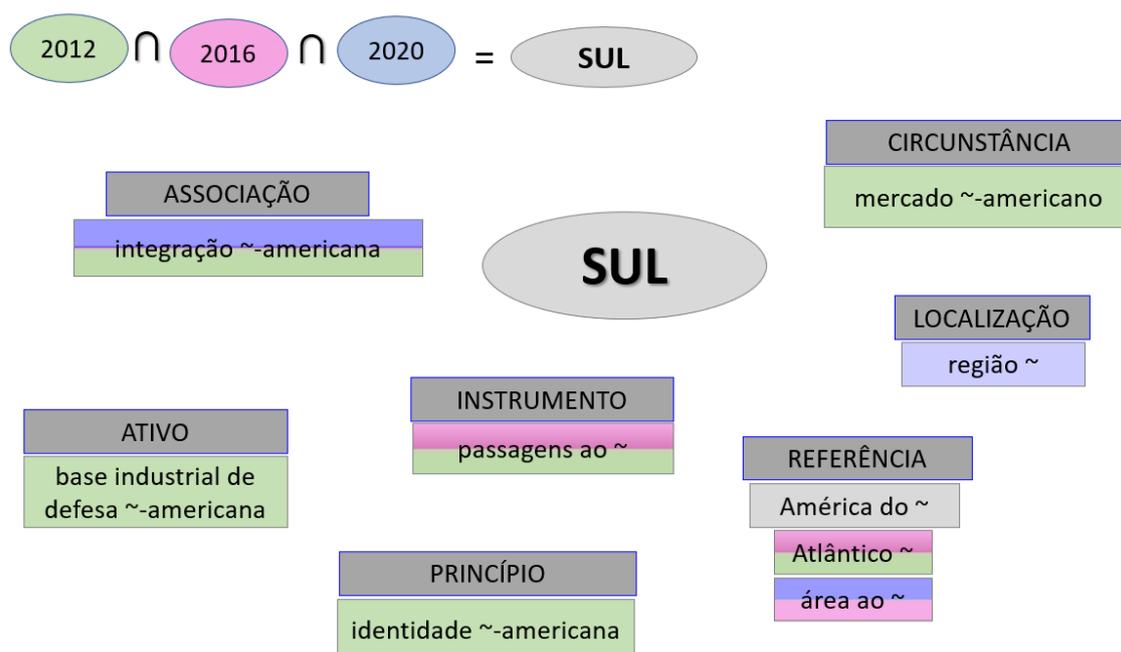
Observa-se que a referência ao direito que cada nação possui de explorar seus recursos, inclusive fomentando parcerias e acordos estratégicos, posiciona a nação soberana como central em um sistema internacional de cooperação entre os países, pautado no princípio constitucional de cooperação entre os povos, como inclusive mencionado no inciso IX do artigo 4º de nossa Constituição da República Federativa do Brasil.

Nessa esteira, em relação ao termo ‘Estado’, a edição de 2020 apresenta mais ocorrências, principalmente para a etiqueta semântica ASSOCIAÇÃO, com as ocorrências ‘ações não conflituosas entre os ~’, ‘relação entre ~’, ‘relações não conflituosas entre os ~’, ‘confiança mútua entre ~’; além da etiqueta GESTÃO, referente às ocorrências ‘controladas pelos ~’ e ‘crises entre os ~’, o que evidencia uma perspectiva mais plural de atuação global.

Nessa linha, o termo ‘internacional’ também aparece mais associado a uma perspectiva legislativa, com maior destaque das etiquetas semânticas NORMATIVA e PRINCÍPIO na edição de 2020, com as ocorrências, respectivamente, de ‘Direito ~’, ‘ordenamentos ~’, ‘regimes ~’, ‘tratados ~’, ‘normas ~’; e ‘princípios ~’ e ‘segurança ~’. O escopo de nação, por outro lado, é mais recorrente na edição de 2012, com a etiqueta REFERÊNCIA, como em ‘~ Unidas’, e TIPO / AMPLITUDE, como ‘~ sul-americanas’, comparativamente bem mais representativas do que nas outras edições.

Quanto ao uso do termo ‘sul’, houve crescente progressão de ocorrências nas publicações de 2012 e de 2016, mas menor utilização na edição de 2020, principalmente com a etiqueta REFERÊNCIA, o que evidencia a descontinuidade de parcerias estratégicas de âmbito regional, multiplicadas principalmente na primeira década do século XXI. Vários desses mecanismos de cooperação regional criados perderam grande parte de sua relevância inicial, devido a uma mudança de perspectiva estratégica global, em que foi vislumbrada uma ampliação de parcerias com potências emergentes, principalmente com a China, que se tornou o maior parceiro comercial do Brasil em 2009 (Cf. BRASIL, 2020a). Como referência, o perfil semântico do termo ‘sul’ nas três edições do LBDN é exemplificado na imagem abaixo:

Figura 6. Perfil semântico do termo 'sul' nos textos diacrônicos (2012, 2016 e 2020)



FONTE: Elaboração própria

Faz-se premente destacar que esse cenário de rearranjo multilateral não surgiu de forma aleatória, mas como uma reação a tensões geopolíticas resultantes de processos mais profundos de crises financeiras, crises migratórias e, mais recentemente, guerra comercial entre os Estados Unidos e a China (Cf. PEIXOTO, 2020). É interessante apontar, nesse sentido, que, a despeito de esforços engendrados a partir da criação do BRICS, em 2006, que inclusive pressionava por uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, para incluir outros países emergentes, como o Brasil, a Argentina ou a Índia, de forma a conferir maior representatividade de perfil geopolítico nessa cúpula, o Brasil tem tomado um caminho de fortalecimento mais bilateral com atores mais tradicionais, como no caso dos Estados Unidos ou mesmo do bloco União Europeia.

Como contribuição para esse cenário, pode-se citar, também, uma linha de maior rechaço a parcerias com países orientais, alvo de percepção orientalista (Cf. SAID, 1990), em que uma cultura ocidental seria “autorizada” a descrever uma cultura oriental e, dessa forma, haveria tendência a considerar nações orientais

como “menos evoluídas”, mesmo que tenham obtido vertiginoso crescimento econômico. Esse tradicional movimento de estranhamento, ou resistência, entre as culturas ocidental e oriental, indica a existência de um simulacro cultural, definido por Peixoto (2019) como “uma projeção de identidade realizada de forma antagônica ou em contraposição a determinadas características de uma outra cultura, majoritariamente atribuídas consoante uma percepção prévia e não embasadas na interação propriamente dita” (PEIXOTO, 2019, p.17).

Além das interpretações decorrentes da análise léxico-semântica dos termos-referência destacados para os textos sincrônicos e diacrônicos, é possível aprofundar entendimentos com base em apreciação de significados acionais decorrentes da análise crítica do discurso, como exposto no próximo subtópico.

## 7.2. Significados acionais

Ao retomar as etapas de pesquisa preconizadas por Fairclough (2003 e 2016), em seu modelo teórico-me-

metodológico de Análise Crítica do Discurso, o estudo empreendido por esse método de análise buscou (a) a identificação do problema social, (b) a identificação de obstáculos para a superação do problema, (c) a reflexão acerca da função do problema na prática social, (d) a análise das possibilidades de mudança e (e) a reflexão sobre a análise.

Em relação às ações empreendidas no percurso da pesquisa em cada uma dessas etapas, o problema social foi identificado em virtude de discussões acerca do discurso presente nos documentos de defesa nacional (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional), quanto a práticas do cotidiano na sociedade, com leituras de pesquisas relacionadas à cooperação e dissuasão na América Latina; compreensão da constituição histórica do fenômeno; e identificação dos contextos sócio-históricos do objeto de análise.

Os obstáculos para a superação desses problemas foram identificados por meio da geração de dados de análise dos documentos de defesa mencionados, e análise da conjuntura, análise da prática particular e análise do discurso, particularmente da categoria intertextualidade.

Quanto à reflexão acerca da função do problema na prática social e à análise das possibilidades de mudança, foram identificados mecanismos que sustentam a prática particular. Por fim, a reflexão sobre a análise orientou-se quanto a possíveis contribuições.

Nesse âmbito, nossa investigação se inicia no seguinte trecho da Introdução do capítulo “Ambiente estratégico do século XXI”:

(1) O advento de uma ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes, traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano da defesa. (BRASIL, 2012, p.27)

Nesse excerto (1), foram excluídos “o advento de uma ordem multipolar” em 2016 e “novas oportunidades” em 2020. A palavra “advento” significa uma chegada, algo que está surgindo, aparecendo. Nesse sentido, em 2012 via-se surgir o estabelecimento de uma ordem multipolar. A exclusão do segmento “o advento de uma ordem multipolar”, em 2016, anuncia a concretização do advento. Por sua vez, a exclusão de “novas oportunidades” somente em 2020 nos revela que em 2016 ainda havia possibilidades para configurações de novos polos de poder, mas que em 2020 essas possibilidades não são mais vislumbradas; e permaneceram somente os “novos desafios”. Entendemos que, em 2020, a defesa possui o desafio de se organizar em uma ordem já vigente.

O excerto (2) nos revela a substituição de “base multipolar” por “com base na coexistência de várias potências” em 2016 e 2020, como descrito no excerto (2):

(2) Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis para o cenário internacional, a recomposição do sistema em base multipolar não é, por si só, suficiente para garantir que, no atual quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados. (BRASIL, 2012, p.27; BRASIL, 2016, p.27)

“Base multipolar” nos remete ao conceito geopolítico da existência de centros de poder político, econômico e militar ao redor do mundo: essa base multipolar era vislumbrada em 2012, mas, em 2016 e 2020, notamos o deslocamento de centros de poder para potências.

Importante salientar a exclusão, em 2020, do trecho “Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis para o cenário internacional”. Compreende-se, portanto, que o multilateralismo é a **relação entre três ou mais Estados**, como forma de cooperação, principalmente no que se refere à diplomacia. Portanto, foram excluídos o diálogo e a cooperação entre Estados.

Outro ponto a ser considerado nesse excerto é a inclusão, em 2020, do seguinte trecho: “que predominem soluções negociadas de controvérsias, com o emprego preponderante de instrumentos diplomáticos, econômicos e/ou jurídicos.” (BRASIL, 2020b, p.14). A coexistência de várias potências não garante que prevaleçam relações não conflituosas entre Estados e, também, não garante que predominem soluções negociadas. Nesse sentido, o trecho incluído sugere a impossibilidade de negociação entre Estados, também, por meio da diplomacia, por meios econômicos ou jurídicos.

Os apontamentos referentes ao excerto (2), em 2020, são reforçados com a exclusão do excerto (3) apresentado abaixo, em que eram apontados o diálogo e a cooperação como essenciais para a atuação do Brasil no plano internacional:

(3) Nesse contexto, o Brasil vê, em sua política de defesa e em sua vocação para o diálogo, componentes essenciais para sua inserção afirmativa e cooperativa no plano internacional. (BRASIL, 2012, p.27; BRASIL, 2016, p.27)

Reforçando também os apontamentos em relação à vigência de uma ordem em 2020, vemos a exclusão do excerto (4), que fazia considerações a respeito de um ordenamento ainda incerto, que em 2012 se anunciava como um advento. Essa exclusão ratifica a existência concreta de um novo ordenamento:

(4) Diante das incertezas em relação aos cenários futuros, o custo do não engajamento do Brasil na construção da ordem internacional nascente pode ser muito maior do que o ônus imediato, que é o investimento na capacitação, no preparo e no desenvolvimento de meios necessários ao exercício da soberania. (BRASIL, 2012, p.27; BRASIL, 2016, p.27)

Outro trecho também excluído em 2020 é o seguinte:

(5) A consolidação de estruturas de governança multilateral representativas da nova distribuição de poder mundial é um interesse do País que exige

coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece àquela salvaguardas, apoio e logística, imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional. (BRASIL, 2012, p.27; BRASIL, 2016, p.27)

A exclusão do excerto (5) em 2020 corrobora a exclusão do excerto (2), em que salientamos a eliminação do diálogo e da cooperação entre os Estados, pois o excerto (5) tratava, justamente, da governança multilateral como “consolidada” e a destacava como importante elemento para atuação do Brasil no cenário internacional.

Por outro lado, o texto de 2020, insere o seguinte excerto:

(6) A Defesa e a Diplomacia são importantes vetores para a preservação e o fortalecimento da Soberania Nacional, o que exige coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece salvaguardas imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional. (BRASIL, 2020b, p.14)

Nesse excerto (6), podemos perceber que as estruturas de governança multilateral foram substituídas pela Defesa e pela Diplomacia. O interesse do país é deslocado da governança multilateral para o fortalecimento da soberania nacional.

Observemos agora o seguinte excerto presente no texto de 2012:

(7) A política de defesa determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao povo brasileiro e de garantir a não ingerência externa em seu território e em suas águas jurisdicionais, inclusive no espaço aéreo sobrejacente, no leito marinho e no subsolo. (BRASIL, 2012, p.27)

Podemos notar que a importância da política de defesa em 2012 está associada somente à proteção do povo e ao território/espaço aéreo e marítimo. Em 2016, foi incluído o termo “interesses brasileiros”, ou seja, saímos de ações de ordem física e adentramos áreas estratégi-

cas. Em 2020, tivemos, nesse ponto, algumas alterações, como explicitado abaixo:

(8) O Brasil deve dedicar contínua atenção a sua defesa, buscando mantê-la em nível adequado à sua estatura político-estratégica. (BRASIL, 2020b, p.14)

No texto de 2016, havia um parágrafo que pressupunha que a defesa deveria ter a capacidade “condizente com as potencialidades e aspirações do país” (BRASIL, 2016, p.27), ou seja, o trecho deixava claro que o país desejava ocupar posição favorável na ordem multipolar. Por isso, tentava antecipar a preparação da capacidade da defesa para estar de acordo com sua possível ocupação no ordenamento internacional. O último parágrafo do texto de 2016 apresentava uma escrita semelhante ao excerto (8): “o Brasil deve ter uma capacidade de defesa correspondente à sua estatura econômica, política e estratégica, de modo a ter seus recursos preservados, sua palavra ouvida, sua posição respeitada e sua tradição pacífica salvaguardada” (BRASIL, 2016, p.28). Em contrapartida, o excerto (8) na edição de 2020 é revisado com a exclusão do termo “econômica”, demonstrando ênfase no caráter político-estratégico; e a exclusão da oração “de modo a ter seus recursos preservados, sua palavra ouvida, sua posição respeitada e sua tradição pacífica salvaguardada”, indicando eliminação de aspectos do diálogo, conforme também eliminado nos excertos (2) e (3): palavra ouvida, posição respeitada, tradição pacífica.

No excerto (8), é explícito o comprometimento do país com a defesa, em relação à sua capacidade e desempenho adequado para uma nova condição do país, com preservação de sua “estatura político-estratégica”.

Ainda no quarto parágrafo, de onde retiramos o excerto (8), encontramos outras inclusões em relação à necessidade da manutenção da defesa, assim como incisiva necessidade de investimentos para tal manutenção. O parágrafo cita a defesa como importante na preservação

da soberania nacional e da integridade territorial; e enfatiza o necessário “estado de prontidão” das forças armadas.

Outra questão importante é a inclusão de novas ameaças, destacadas no trecho (9):

(9) Apesar das mudanças cada vez mais aceleradas das últimas décadas, a ordem internacional continua a ser determinada predominantemente pela relação entre Estados. A defesa do Brasil diante de potenciais ameaças externas continua a ser, assim, a missão essencial das Forças Armadas do País (BRASIL, 2012, p.28; BRASIL, 2016, p.27)

Em 2012 e 2016, as ameaças apontadas, como observado no excerto (9), são estabelecidas, predominantemente, na relação entre Estados. Em 2020, o quinto parágrafo cita temas, que “ultrapassam a visão tradicional”, ou seja, ultrapassam a visão apontada em 2012 e 2016 de se aterem “somente” a possíveis “tensões ou crises entre Estados”. Os temas apontados são: drogas, tráfico internacional de armas, proteção da biodiversidade, ataques cibernéticos, crescente escassez de recursos, pandemias, ilícitos transnacionais, terrorismo internacional e pirataria. Além de crises econômicas-financeiras, sociais e ambientais.

Os textos de 2016 e 2020 apontam o fenômeno da globalização, que facilitou o acesso a avanços tecnológicos, favoreceu movimentos de pessoas e abriu oportunidade econômicas e comerciais, como responsável por facilitar a disseminação dessas ameaças de diversas naturezas. Em 2012, o texto considerava que a globalização trazia o agravamento de ameaças.

Salientamos que, em 2020, as ameaças são fontes de preocupação e justificativa para investimentos na defesa, enquanto os textos de 2012 e de 2016 apenas enfatizavam a “necessidade de políticas coordenadas entre diferentes órgãos do governo” (BRASIL, 2012, p.28; BRASIL, 2016, p.28). Assim, observamos maior compromisso das forças armadas na proteção do país contra ameaças, como destacado no trecho abaixo

(10) Outros desafios que se apresentam ao País dizem respeito à sua capacidade de fazer face aos chamados “conflitos do futuro”, quais sejam, as guerras de informação e os conflitos de pequena escala caracterizados por origem imprecisa e estruturas de comando e controle difusas, que operam com o uso de redes sociais. (BRASIL, 2012, p.28)

O excerto (10), de 2012, aponta para ameaças, que chama de “conflitos do futuro”, operadas com o uso de redes sociais, referência essa que, em 2016, passa a ser denominada “conflitos do futuro ou de natureza híbrida” (BRASIL, 2016, p.28). Em 2020, esse conteúdo é excluído do texto, o que potencialmente significa que as operações com o uso de redes sociais não são mais consideradas como uma ameaça ao país. Além disso, outra exclusão significativa no texto de 2020 foi a do excerto (11):

(11) Importa fortalecer a capacidade de engajamento internacional do País. O diálogo franco e aberto deve contribuir para a política externa e para sua interação com a política de defesa, por meio da construção de consensos que impulsionem o debate interno coletivo e amplo. O interesse pelos temas da defesa despertado, nos últimos anos, em segmentos crescentes da sociedade brasileira é tendência salutar. A participação efetiva de diversos setores sociais no debate nacional sobre defesa possibilita maior entendimento dessas questões. (BRASIL, 2012, p.28; BRASIL, 2016, p.28)

Observou-se que os textos de 2012 e de 2016 deram grande importância ao interesse da sociedade pelos temas da defesa, e ao diálogo franco e aberto para se obter consensos nos temas que envolvem as políticas de defesa. O texto de 2020 exclui esse conteúdo.

O excerto (12) aponta a preocupação, presente nos textos de 2012 e 2016, com uma comunidade global participativa e inclusiva, ao perceber uma estrutura multipolar de poder, a fim de promover multipolaridade cooperativa, voltada para a paz e segurança mundiais, como descrito abaixo:

(12) O Brasil trabalha em prol da construção de uma comunidade global participativa e inclusiva. Empenha-se, para tanto, na promoção de uma “multipolaridade cooperativa”, expressão que sintetiza a percepção do País de que uma estrutura multipolar de poder se está consolidando no mundo. Nesse ambiente estratégico, a atuação internacional deve primar pela consolidação de mecanismos de governança mais representativos da nova realidade internacional, voltados para a paz e a segurança mundiais e para o bem-estar da humanidade. A nova arquitetura de poder do século XXI não deve favorecer posturas conflituosas e excludentes, herdadas de ordenamentos internacionais que predominaram ao longo do século XX. (BRASIL, 2012, p.29; BRASIL, 2016, p.28)

Depreende-se que os textos de 2012 e 2016 enfatizam que a postura do país não favorece abordagens conflituosas e excludentes, mas o texto de 2020 exclui esse perfil participativo e inclusivo, assim como as posturas não conflituosas e não excludentes. Nesse direcionamento, em relação ao relacionamento com os demais países, a edição de 2012 apresenta o seguinte trecho (13):

(13) Na América do Sul, delinea-se uma clara tendência de cooperação em matéria de defesa. Essa tendência tem sido constantemente reforçada desde a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, especialmente, de seu Conselho de Defesa (CDS). Vê-se surgir na América do Sul uma “comunidade de segurança”, motivada pelo fato de os países vizinhos compartilharem experiências históricas comuns, desafios de desenvolvimento semelhantes e regimes democráticos, que facilitam a compreensão recíproca e propiciam uma acomodação pacífica dos diversos interesses nacionais.

Em síntese, a política de defesa brasileira conjuga componentes cooperativos e dissuasórios. (BRASIL, 2016, p.28)

Identifica-se que o entorno é tratado como “América do Sul” nessa edição de 2012, mas, em 2016 e 2020, o entorno passa a ser tratado como “entorno regional”. Ao excluir o termo “América do Sul”, torna-se implícita

a ideia de que é possível incluir países próximos embora estejam fora do continente sul-americano, assim como é possível excluir países que façam parte da América do Sul. A substituição da referência anterior e a inserção da expressão “entorno regional” caracteriza a autonomia do Brasil em relação à América do Sul.

Essa perspectiva é corroborada pela exclusão das referências UNASUL e CDS, utilizadas nas edições de 2012 e 2016, como meios para estabelecer a cooperação; e inclusão do termo “instrumentos” na edição de 2020, sem definição de quais ‘instrumentos’ seriam

exatamente utilizados. Ainda sobre esse excerto (13), o texto de 2020 exclui a perspectiva de “comunidade de segurança” e de afinidades e interesses comuns com países da América do Sul.

Por último, a edição de 2020 também exclui a referência a “dissuasórios” e mantém apenas o componente cooperativo.

Como resultado das análises, são arrolados os seguintes significados acionais identificados em cada edição do LBDN analisada:

Tabela 8. Significados acionais identificados nas edições de 2012, 2016 e 2020 do LBDN

SIGNIFICADO ACIONAL	2012	2016	2020
INTERTEXTUALIDADE	Advento de uma ordem multipolar	Novas oportunidades	Novos desafios
	Centros de poder	Várias potências	Várias potências
	Diálogo e cooperação entre Estados	Diálogo e cooperação entre Estados	Excluído
	Negociação de controvérsias	Negociação de controvérsias	Excluído
	Governança Multilateral	Governança Multilateral	Fortalecimento da soberania nacional
	Estatura econômica, política e estratégica	Estatura econômica, política e estratégica	Estatura político-estratégica
	Não consta	Não consta	Necessidade de investimentos na defesa
	Ênfase no diálogo	Ênfase no diálogo	Ênfase no emprego das forças no combate às ameaças
	Redes sociais como ameaça	Redes sociais como ameaça	Excluído
	Importância da participação da sociedade nos assuntos de defesa	Importância da participação da sociedade nos assuntos de defesa	Excluído
	Estado participativo, inclusivo, não conflituoso, não excludente	Estado participativo, inclusivo, não conflituoso, não excludente	Excluído
	Cooperação com a América do Sul	Cooperação no âmbito regional	Cooperação no âmbito do entorno regional
	Instrumentos para segurança: UNASUL, CDS	Instrumentos para segurança: UNASUL, CDS	Exclui a nomeação de instrumentos de segurança
	Vê-se surgir uma comunidade de segurança na América do Sul	Instrumentos para o desenvolvimento de uma mentalidade de segurança regional na América do Sul	Promover o desenvolvimento de um nível adequado de segurança regional na América do Sul.
Defesa brasileira conjuga componentes cooperativos e dissuasórios	Defesa brasileira conjuga componentes cooperativos e dissuasórios	Baseado na cooperação entre países.	

Ao discutirmos os resultados de nossa análise a partir do ponto de vista de autores que debatem sobre o tema de nosso interesse, concordamos com Teixeira Júnior (2020), que afirma que o Brasil vivenciou duas grandes transformações no cenário político internacional no século XX. No período entre as duas Guerras Mundiais, a ordem internacional estava configurada de maneira multipolar; após o fim da Guerra Fria, a polaridade foi radicalmente alterada pela transição da bipolaridade para o momento unipolar.

Para esclarecer esse contexto, vale lembrar que, após a independência, o Brasil teve a missão de consolidar seu território, definindo suas fronteiras para manter sua integridade. Nessa época, as ameaças ao país estavam na América do Sul, na demarcação de suas terras, tanto ao sul, quanto ao norte. Após a guerra do Paraguai, o Brasil ainda resolveu algumas questões territoriais com seus vizinhos, nas quais prevaleceram as ações diplomáticas. Após a consolidação dos limites fronteiriços, a possibilidade de conflitos armados envolvendo o Brasil na América do Sul diminuiu drasticamente, assim como os investimentos no poder militar.

Essa falta de investimentos, segundo Paiva (2017), não colocou o país em posição de inferioridade em relação aos vizinhos da América Latina, mas impossibilitava sua defesa plena contra potências europeias. Assim, o Brasil contava com a colaboração dos EUA, líder mundial, submetendo-se a riscos e pressões impostos. No entanto, com o sucesso da Força Expedicionária, o Brasil alcançou posição de destaque regional e projetou-se para o mundo, integrando as principais questões da agenda global. Tratava-se da globalização se desenvolvendo pelo planeta, como afirma Paiva (2017).

Em se considerando a projeção alcançada nesse momento, após a 2ª. Guerra Mundial, o país, percebendo-se integrado aos interesses mundiais, sentiu a necessidade de aperfeiçoar as Forças Armadas de forma com-

patível com tal atuação. Entretanto, com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma sensação de segurança global pairou sobre a sociedade brasileira e, mais uma vez, a defesa do Brasil seria garantida pelos EUA, potência hegemônica de então.

Apesar da hegemonia dos EUA, o contexto geopolítico mundial passou a assistir a seguidas crises político-militares ao redor do mundo, sugerindo que o continente sul-americano poderia ser palco de uma delas. Foi nesse contexto que nossos primeiros documentos de política de defesa foram elaborados e decretados, como explicitado na primeira seção deste artigo.

Assim, o século XXI iniciou-se como um novo período no cenário internacional: assistimos à perda da influência dos EUA no entorno do Brasil, haja vista preocupações com outras prioridades pelo mundo; e ao maior protagonismo brasileiro no sistema internacional, sistema esse com novos vértices de poder, em oposição à unipolaridade apresentada pós-guerra fria.

Por essa razão, no LBDN de 2012 é apresentada uma visão do “advento de uma ordem multipolar”, com o estabelecimento da “primavera sul-americana”, em um contexto em que muitos países estavam em situação de extrema pobreza e com imensas desigualdades, fruto da adesão ao Consenso de Washington, em conjunto com o quadro político complexo e sensível (Cf. FUCILLE, 2014). Nesse sentido, os governos, crescentemente alinhados com as demandas da sociedade e dos movimentos sociais, ousaram uma proposta de condução dos negócios nacionais e, com o protagonismo brasileiro, fizeram avanços na América do Sul, estabelecendo diálogo, cooperação, governança multilateral e instrumentos de segurança, tais como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que fizeram surgir, de acordo com o LBDN de 2012, uma “comunidade de segurança na América do Sul”.

Acreditamos também que a ênfase na participação da sociedade nos assuntos de defesa, e a posição afirmada de um Estado participativo, inclusivo, não conflituo e não excludente, consoante o discurso do LBDN de 2012, podem ser associados ao perfil de um governo identificado com as demandas da sociedade e dos movimentos sociais.

Nesse momento, a globalização e a informacionalização, segundo Castells (2018), determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estavam transformando o mundo, melhorando a capacidade produtiva, a criatividade cultural e o potencial de comunicação. No entanto, o anúncio das redes sociais também foi destacado como ameaça no LBDN de 2012, ao afirmar que:

Outros desafios que se apresentam ao País dizem respeito à sua capacidade de fazer face aos chamados “conflitos do futuro”, quais sejam, as guerras de informação e os conflitos de pequena escala caracterizados por origem imprecisa e estruturas de comando e controle difusas, que operam com o uso de redes sociais. (BRASIL, 2012, p. 28)

De acordo com Flemes (2010), muitos estudiosos apontavam para um momento favorável aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China<sup>13</sup>) e a outras potências emergentes. Os papéis das potências emergentes, discutidos sob os rótulos de potências emergentes, grandes potências ou Estados pivotais, contestaram até mesmo a dominação dos valores e da cultura ocidentais. Isso pode justificar a ênfase dada a “novas oportunidades” na LBDN de 2016.

Como podemos observar, as duas mudanças do padrão de distribuição de poder vividas no século XX colocaram o Brasil diante de janelas de “oportunidades”

(termo apresentado na LBDN de 2016) para a transição de poder no ambiente global; porém, como ressaltado na LBDN de 2016, seria necessário um setor de Defesa no nível dessa “estatura”.

Entretanto, se, por um lado, ao fim da Guerra Fria imaginava-se que havia ocorrido o triunfo do liberalismo internacional, outras interpretações, de acordo com Medeiros, Vilas Boas e Andrade (2019), apontam mudanças identitárias e simbólicas, que possibilitam uma reconfiguração conflitiva da política global, com base em parâmetros culturais. Essa interpretação do cenário atual, segundo os autores, permite a compreensão de uma série de processos que se intensificaram na segunda metade dos anos 2010 e cuja perspectiva lança luz sobre as causas das alterações realizadas no LBDN de 2020.

Medeiros, Vilas Boas e Andrade (2019) apontam que, se a globalização era considerada benéfica para os EUA e a Europa, garantindo difusão econômica e de *soft power*, agora a globalização passa a ser vista como ameaça aos seus antigos defensores. Segundo os autores, o movimento conservador vê como ameaças ao mundo ocidental a ascensão chinesa e sua conexão com a Rússia, a crescente ascensão geoeconômica da Ásia e a disputa global pelo controle geopolítico sobre o Oriente Médio como área estratégica entre Europa, Rússia e China.

Sobre esse assunto, Castells (2018) afirma:

que as pessoas em todo o mundo se ressentem da perda de controle sobre suas próprias vidas, seu meio, seus empregos, suas economias, seus governos, seus países e, em última análise, sobre o destino do planeta. (CASTELLS, 2018, p.123)

Em sua obra “O poder da Identidade”, o referido autor traça um paralelo entre três movimentos que se opõem explicitamente à nova ordem global, entre os quais estão as milícias nos EUA, que representam a ala

13 À época, esse grupo de países emergentes era denominado BRIC e apenas contava com quatro países: Brasil, Rússia, Índia e China. A partir de 2011, a África do Sul foi integrada e o grupo passou a ser denominado BRICS, que corresponde às iniciais dos nomes desses países em inglês: *Brazil, Russia, India, China* e *South Africa*. O histórico dessa cooperação é detalhado no site do Itamaraty: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>.

mais ativa e organizada desse movimento amplo. Seu universo ideológico compreende organizações extremamente conservadoras e grupos religiosos fanáticos. O grupo tinha como inimigo declarado, nos anos de 1990, o governo federal dos EUA, considerado representante da “nova ordem mundial”, estabelecida a contragosto dos cidadãos norte-americanos. O movimento acredita que essa “nova ordem mundial” teria por objetivo a destruição da soberania norte-americana, construída a partir de uma conspiração de interesses financeiros globais e de burocratas internacionais que passaram a exercer o controle sobre o governo dos EUA.

Nesse mesmo sentido, ainda segundo Castells (2008), movimentos de grupos conservadores em outros países passaram a culpar o “exterior”, o “estrangeiro” e o mundo oriental por problemas governamentais. Esse processo, segundo o autor, envolve uma desconfiança da democracia em geral, uma tentativa de preservação da cultura judaico-cristã e um enfrentamento em relação às diversas civilizações orientais.

A ascensão da extrema-direita em países como a Itália, Hungria, Polônia, Brasil e EUA, segundo Medeiros, Vilas Boas e Andrade (2019), tem explícito caráter cultural, pois defende valores ocidentais. Segundo os autores, a defesa do Ocidente e da sociedade judaico-cristã é discurso recorrente na nova política externa brasileira.

Podemos inferir que, assim como ocorreu durante as duas mudanças do padrão de distribuição de poder vividas no século XX, o Brasil sempre esteve atrelado às influências norte-americana e europeia, por meio de políticas de Cooperação Sul-Sul e, principalmente, no âmbito dos BRICS. Assim como aconteceu em outros países, a população brasileira vinculou a ascensão de novas regiões e civilizações, consoante uma tendência multipolar, às imperfeições da nova

dinâmica liberal concebida nos anos de 1990 e ao declínio do Ocidente.

Sobre o tema, Medeiros, Vilas Boas e Andrade (2019) afirmam que “vivenciamos o declínio da democracia liberal, motivado pela desconfiança da população em relação às instituições que a governam” (MEDEIROS; VILAS BOAS; ANDRADE, 2019, p. 13). Desta maneira, o movimento conservador, emergente no Brasil, intenta proteger o Ocidente de seu declínio e atribui a culpa ao liberalismo globalizado, ao livre-comércio e ao multilateralismo.

Com isso, aspectos relacionados a esses modelos, como a defesa dos direitos humanos, direitos dos refugiados, direitos da comunidade LGBT e a inclusão social são considerados responsáveis pela “crise moral” que atinge e declina o Ocidente. Nesse sentido, o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, demonstrou posicionamento contra o internacionalismo liberal em relação ao comércio, multilateralismo, meio-ambiente, tortura e direitos humanos.

Acreditamos que esse cenário pode explicar as exclusões no LBDN 2020 de menções a “ênfase no diálogo”, “participação da sociedade nos assuntos da defesa”, “Estado participativo, inclusivo, não conflituoso, não excludente”, exclusão das denominações UNASUL e CDS e “governança multilateral”, e substituição de “cooperação com a América do Sul” por “cooperação no âmbito do entorno regional”.

Nesse contexto, a redistribuição do poder mundial tem sido assegurada pelas estratégias que cada ator internacional tem assumido. Sob esse escopo, analistas apontam tanto para cenários de ordem unipolar como para cenários de ordem multipolar, em que existem, ainda, referências a uma eventual nova “Guerra Fria”, cujo palco seria a crise da Venezuela, salvaguardando as devidas distâncias.

### 7.3. Convergências discursivas: complementariedade metodológica

Evidenciou-se que as considerações pontuadas pelos métodos utilizados foram convergentes em relação à interpretação dos dados sincrônicos e diacrônicos. A análise de *corpora* (AC) e a análise semântica lexical (ASL) correlacionaram o uso de termos recorrentes nas edições analisadas, com base em associações temáticas consoante as etiquetas semânticas criadas e debatidas na seção 7.1. A análise crítica do discurso (ACD), por seu turno, partiu do ponto de vista da intertextualidade para confirmar bases teóricas de motivação institucional para a adoção de um determinado ponto de vista.

Como exemplificação, o tema sul, especificamente, é bastante representativo dessas nuances das edições de 2012, 2016 e 2020, na medida em que descreve textualmente a perspectiva estratégica de aproximação regional ou aproximação das grandes potências, sejam emergentes ou tradicionais.

Como perspectivas complementares, cada análise deu mais ênfase a determinados elementos relacionados ao cenário de cooperação. No caso da AC e da ASL, foi enfatizada a visão acerca do ambiente estratégico relativo a questões nucleares e de soberania nacional, ao passo que a ACD ofereceu mais subsídios para compreender a menção a novos desafios, particularmente quanto ao fortalecimento da estatura político-estratégica do Brasil. Nesse sentido, ambas as análises apontaram para a reconfiguração do cenário estratégico planejado para o século XXI, como um realinhamento de políticas de governo em termos de cooperação com países do entorno regional, mas a partir de um ponto de vista distinto sobre esse mesmo objeto.

Nesse sentido, a estratégia analítica de triangulação apresentada na Figura 3, consoante a tipologia VVA, de Malamatidou (2018), evidencia a contribuição de

utilizar mais de um método de análise para um mesmo objeto de estudo, para ajudar a esclarecer motivações discursivas que estão textualmente evidenciadas mediante escolhas lexicais institucionalmente motivadas, e aquelas que estão indiretamente representadas e podem ser percebidas por meio de análise intertextual.

Particularmente em relação aos métodos adotados, observou-se que a AC promoveu uma espécie de “*scanning*” e “*skimming*” acerca da perspectiva dos documentos de defesa, que é aprofundada com a perspectiva léxico-semântica e, por fim, é mais detalhadamente destrinchada pela ACD, que possui aportes analíticos mais robustos.

Os mencionados métodos de análise podem ser compreendidos como camadas de apreciação acerca do objeto de estudo definido, de forma a tornar convergentes perspectivas quantitativas e qualitativas, que são complementares e, pode-se dizer, também interdependentes.

Em relação aos métodos qualitativos, especificamente, a ASL se ocupa de padrões associativos e a ACD analisa elementos considerados relevantes sob a ótica acional, representacional ou identificacional. Nesse sentido, as convergências discursivas são ainda mais evidentes do que em relação ao método quantitativo de AC, que também é utilizado de forma imbricada com a ASL, razão pela qual esses métodos foram utilizados de forma conjunta, como um *continuum*, nas análises empreendidas na seção 7.1.

## 8. Considerações Finais

Em face do exposto, observou-se que a estratégia analítica de triangulação permitiu uma análise mais complexa do fenômeno estudado, ao considerar perspectivas complementares de investigação do objeto de estudo: o tema ambiente estratégico de defesa no século XXI, debatido em edições de

2012, 2016 e 2020 de um capítulo do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Nesse sentido, a análise de *corpora*, a análise semântica lexical e a análise crítica do discurso abordaram a questão da cooperação estratégica do Brasil com outros países a partir de nuances que focalizaram questões nucleares e de soberania nacional, e questões relativas ao fortalecimento da estatura político-estratégica do Brasil, referenciadas como sendo novos desafios nessa conjuntura reconfigurada.

Em meio a esse cenário de reestruturação global, faz-se premente compreender qual seria exatamente a perspectiva de alinhamento do Brasil em relação ao escopo de defesa, principalmente quanto à sua postura estratégica no cenário global. Nesse sentido, o LBDN, por sua característica e finalidade, constitui um elemento que torna bastante evidente a estratégia adotada pelo Brasil.

Como salienta Flemes (2010), o Brasil está agora em uma encruzilhada e pode buscar ativamente estratégias globais com ou sem sua região. Sob essa ótica, a análise dos documentos de defesa permite chegar ao entendimento de que o cenário de aproximação com os EUA nos afasta da antiga ambição de um bloco de segurança e de poder econômico na América do Sul, como enunciado nas edições de 2012 e de 2016 do LBDN, reconfigurando o ambiente estratégico do século XXI, como refletido nas alterações realizadas no LBDN de 2020.

A contribuição dos resultados e das discussões deste artigo pretendem ser um parâmetro para a possibilidade de articulação de estudos quantitativos e qualitativos, inclusive como forma de vislumbrar caminhos interdisciplinares em relação a pesquisas empreendidas no âmbito de estudos de defesa, em associação a estudos linguísticos e discursivos.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carlos Wellington de. (2010), “Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas”, *Opinião pública*, vol. 16, n. 1: 220-250, jun. 2010.
- ANTHONY, Laurence. (2019), *AntConc (Version 3.5.8)* [programa de computador]. Tokyo, Waseda University. Disponível em: <<https://www.laurenceanthony.net/software>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- ANTHONY, Laurence. (2020), *AntConc (Windows, Macintosh OS X, and Linux)*, Build 3.4.3. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/releases/AntConc343/help.pdf> Acesso em: 27 set. 2020.
- BAKER, Paul; McENERY, Tony. (2015), *Corpora and Discourse Studies: integrating discourse and corpora*. Hampshire, England: Palgrave.
- BRASIL. (1996), *Política de Defesa Nacional*, Governo Fernando Henrique Cardoso, Coleção Documentos da Presidência da República. Brasília (DF), Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/colecao/DEFES.htm](http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm)>. Acesso em: 27 set. 2010.
- BRASIL. (1998), *Decreto nº. 2.864, de 7 de dezembro de 1998*. Promulga o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, assinado em Londres, Moscou e Washington, em 1º de julho de 1968. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2864.htm#:~:text=Cada%20Estado%20nuclearmente%20armado%2C%20Parte,assistir%2C%20encorajar%20ou%20induzir%20qualquer](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm#:~:text=Cada%20Estado%20nuclearmente%20armado%2C%20Parte,assistir%2C%20encorajar%20ou%20induzir%20qualquer)>. Acesso em: 29 set. 2020.
- BRASIL. (2005), *Política de Defesa Nacional*, Aprovada pelo Decreto 5484, de 30 de junho de 2005. Brasília (DF). Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home>>. Acesso em: 27 set. 2010.
- BRASIL. (2008), *Estratégia Nacional de Defesa*. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/eventos temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](https://www.defesa.gov.br/eventos temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)> Acesso em: 27 set. 2010.
- BRASIL. (2010), *Lei Complementar nº. 136, de 25 de agosto de 2010*. Altera a Lei Complementar nº. 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm)>. Acesso em: 27 set. 2020.
- BRASIL. (2012), *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília (DF), 276 p.
- BRASIL. (2016), *Livro Branco de Defesa Nacional*. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, Art. 9º, § 3º). Brasília (DF), 186 p.
- BRASIL. (2020a), Balança comercial: estatísticas de comércio exterior. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2020.
-

- BRASIL. (2020b), *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília (DF), 195 p.
- BRASIL. (2020c), “Estratégia Nacional de Defesa”, in Brasil, *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília (DF), p. 28-74.
- BRASIL. (2020d), “Glossário”, in Brasil, *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília (DF), p. 75-79.
- BRASIL. (2020e), “Política Nacional de Defesa”, in Brasil, *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília (DF), p. 5-27.
- CASTELLS, Manuel. (2018), *O poder da identidade: a era da informação*, vol. 2, Manuel Castells, tradução de Klaus Brandini Gerhardt, 9ª. Ed. revisada e ampliada. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DENZIN, Norman Kent. (1989), *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. 3ª. Ed. Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- FAIRCLOUGH, Norman. (2003), *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge.
- FAIRCLOUGH, Norman. (2016), *Discurso e mudança social*, coord. trad. revisão e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- FLEMES, Daniel. (2010), “A visão brasileira da futura ordem global”, *Contexto internacional*, v. 32, n. 2, jul./dez., 2010.
- FUCCILLE, Alexandre. (2014), “O Brasil e a América do Sul: (re)pensando a segurança e a defesa na região”, *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol. 1, n. 1: 112-146, jul./dez. 2014.
- GEERAERTS, Dirk. (2016), “Lexicography and Theories of lexical semantics”, in P. Durkin (org.), *The Oxford Handbook of Lexicography*, Oxford, Oxford University Press, pp. 425-438.
- GODDARD, Cliff C.; WIERZBICKA, Anna A. (2014), *Words and Meanings: Lexical Semantics Across Domains, Languages, and Cultures*. Oxford: Oxford University Press.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. (1994), *An introduction to functional grammar*. 2ª. ed. Londres, Edward Arnold.
- JÄGER, Margarete. (2017), “Quão crítica é a Análise de Discurso Crítica”, traduzido por Glauco Vaz Feijó, com revisão da tradução por Jacqueline Regis, in V. de M. Resende; J. F. da S. Regis (orgs.), *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*, Campinas (SP), Pontes Editores.
- L’HOMME, Marie-Claude. (2020), *Lexical Semantics for Terminology: An introduction*. Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- MALAMATIDOU, Sofia. (2018), *Corpus triangulation: combining data and methods in corpus-based translation studies*. Londres; New York, Routledge; Taylor & Francis Group.
-

- MEDEIROS, Klei P.; VILA BOAS, Vinícius H.; ANDRADE, Enrico M. (2020), “Tendências e desafios da Política Externa de Bolsonaro: resgate do choque das civilizações, declínio da ordem liberal e rupturas internas”, *Conjuntura Internacional*, vol. 17, n. 1: 10-18, mai. 2020.
- PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. (2017), “Análise da atualização da Política e da Estratégia Nacional de Defesa de 2016”, *Artigos Estratégicos*, vol. 2, n. 1, jan/jun, 2017.
- PARTINGTON, Alan; MORLEY, John; HAARMAN, Louann (orgs). (2004), *Corpora and Discourse*. Bern: Peter Lang.
- PEIXOTO, Rafaela Araújo Jordão Rigaud. (2019), *Avaliação projetada no discurso de chineses e de brasileiros: simulacros culturais*. 185 f. Tese (Doutorado em Letras / Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PEIXOTO, Rafaela Araújo Jordão Rigaud. (2020), “Identity-Nationalism Continuum in the European Union: intercultural relations and geopolitical tensions as triggers for the reshaping of multilateral relations”, in P. W. Almeida (org.), *Revista do Centro de Excelência Jean Monnet da FGV Direito Rio*, EU-South American School on Global Governance, vol. 11, Rio de Janeiro, FGV, p.193-208.
- PEIXOTO, Rafaela Araújo Jordão Rigaud; PIMENTEL, Janine Maria Mendonça. (2020), “Aeronautical Meteorology in Aeronautical Language and in Aviation Language: a hybrid field?”, *The Specialist*, vol. 42, n. 2: 1-24.
- RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. (2016), *Análise de Discurso crítica*, 2ª. Ed, 2ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto.
- RICHARDSON, Laurel; ST. PIERRE, Elizabeth Adams. (2005), “Writing: A Method of Inquiry”, in N. K. Denzin; Y.S. Lincoln (orgs.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks (CA), Sage Publications, pp. 959–978.
- SAID, Edward W. (1990), *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SARDINHA, Tony Berber. (2004), *Linguística de Corpus*. Barueri (SP), Manole.
- TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. (2020), “O Entorno Estratégico Brasileiro na Geopolítica das Grandes Potências: a Crise da Venezuela e seus Impactos para o Brasil”, *Artigos Estratégicos*, vol. 8, n. 1, jan/jun, 2020.
- TOGNINI-BONELLI, Elena. (2001), *Corpus Linguistics at Work*. Amsterdam and Philadelphia, John Benjamins.
- VAN DIJK, Teun. (2015), *Discurso e poder*, 2ª. Ed, 2ª. Reimpressão. São Paulo, Contexto.
-